

## POLÍTICA PÚBLICA PARA GESTÃO DA INFORMAÇÃO: o caso da comunidade Santa Clara

### PUBLIC POLITICAL FOR MANAGEMENT OF THE INFORMATION: the case of the community Santa Clara

José Carlos Nóbrega Nascimento\*

Gustavo Henrique de Araújo Freire\*\*

#### RESUMO

Este trabalho baseia-se em um projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde constatou-se que, pessoas com desigualdades sociais ficam excluídas, não apenas de informações, mas também são restritas na produção do conhecimento. Discorre sobre a importância da coleta, processamento e disseminação da informação, de forma que os indivíduos se tornem também produtores de conhecimento, e que compartilhem com os demais de sua comunidade objeto de nossa pesquisa (comunidade Santa Clara, João Pessoa, PB). Buscamos desenvolver um processo informacional através da responsabilidade social da Ciência da Informação. Conclui-se a necessidade de envolvermos crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos no meio informacional buscando inserir essas pessoas desprovidas de informação, na sociedade da informação.

Palavras-Chave: Políticas de informação. Produção de Informação. Desigualdade Social. Sociedade da informação. Ciência da Informação.

#### ABSTRACT

This work is based on a design from the Institutional Program for Scientific Initiation Scholarships (PIBIC) National Council of Scientific and Technological Development (CNPq), Federal University of Paraíba (UFPB), where it was found that people with social inequalities are exclusive, not only information but also are restricted in the production of knowledge. Discusses the importance of collecting, processing and

dissemination of information so that individuals also become producers of knowledge, and share with the rest of the community object of our research community (Santa Clara, João Pessoa, PB). We sought to develop an information process through social responsibility of Information Science. It is the need to engage children, teens, adults and seniors in the middle informational insert these people without seeking information in the information society.

Keywords: Information Politics. Information Production. Social Inequality. Information Society. Information Science.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo baseia-se em um projeto onde seu ponto de partida foi à necessidade de uma ação de informação pública com vistas da inclusão digital e social. É assim que a Ciência da Informação, enquanto ciência que estuda a informação como *padrão que une* (FREIRE, 2001), incorpora à sua definição a noção de uma ação que remete seus atores sociais aos contextos onde vivenciam suas respectivas existências. Em nossa pesquisa, tratamos de promover o “conhecimento em ação” (WERSIG, 1993) na Ciência da Informação de modo a intervir sobre o regime de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999) de Santa Clara, na cidade de João Pessoa, PB. Nesse sentido, estaremos, também, colaborando para desenvolver um dos objetivos específicos do

projeto *Janelas da Cultura Local: Quissamã, RJ*, no âmbito do *Grupo de Pesquisa Informação e inclusão social*, qual seja o de “Contextualizar e discutir com a comunidade propostas para políticas públicas locais de informação, nas áreas de Educação e Cultura” (<http://www.isafreire.pro.br/CNPqProjetojanelas.pdf>).

Assim, contribuir para a discussão de políticas públicas de acesso livre à informação e inclusão digital, que por sua vez podem criar oportunidades de inclusão social em pequenos municípios brasileiros. Inclusão na sociedade da informação não somente pelo acesso ao meio digital mas, especialmente, pela competência intelectual de pensar sobre seu espaço e papel nesta sociedade que estar a fazer-se (ASSMANN, 2000).

A inclusão digital refere-se ao processo de inserção na sociedade da informação através das tecnologias de informação. O Brasil tem 89% de excluídos digitais que perdem a chance de ascensão social. Uma contradição em um país que disponibiliza 72% dos serviços do governo federal através da rede mundial de computadores (ABED, 2006).

Na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, esta desigualdade aparece como a característica mais marcante na sociedade brasileira. Apesar de alguns índices como saúde, educação e condições de domicílio terem apresentado melhoras, ainda é grande a diferença entre a classe mais alta e a base de nossa pirâmide socioeconômica. Esta situação se agrava quando observamos que está aumentando a distância os “providos” e os “desprovidos digitais”, tanto em nível internacional quanto em nível local. Nesse sentido, as ações de inclusão digital devem ser consideradas relevantes no conjunto de políticas públicas de inclusão social.

As ações para inclusão digital tornaram-se especialmente relevantes à medida que a

Internet no Brasil vai se firmando cada vez mais como um importante canal de serviços e mídia não somente para os integrantes das classes A e B como, também para as C, D e até a E. Entretanto, concordamos com Lazarte (2000) em que os elementos necessários para inclusão não devem contemplar apenas o acesso físico à infra-estrutura e a conexão em rede e computadores, mas, especialmente, a capacitação das pessoas para utilizar estes meios de comunicação da informação e, principalmente, para criar a “possibilidade de uma incorporação ativa no processo todo de produção, compartilhamento e criação cultural”, os chamados “conteúdos” (LAZARTE, 2000, p. 51). O autor sugere integrar essa “possibilidade” às condições locais existentes, em termos de suas organizações tanto quanto em seus referenciais culturais: centros de produção, criação e compartilhamento cultural (e de acesso à rede) devem estar integrados a associações comunitárias, centros religiosos, igrejas etc.

As ações voltadas para promover a “inclusão digital” emergem no contexto dos Programas Sociedade da Informação, propostos por diversos países, configurando-se como uma das idéias-chave que perpassam ações, estudos e pesquisas nos mais diferentes campos do saber. No Brasil, as bases para inclusão na Sociedade da Informação estão formuladas no Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil. Neste sentido, ainda há a necessidade de “um marco teórico mais sólido para orientar nossas políticas públicas e a implementação das infra-estruturas de acesso à informação no Brasil”, como alerta Miranda (2006).

Nessa pesquisa, complementamos esta perspectiva com a proposição de uma abordagem participativa, uma “pesquisa-ação” onde pesquisadores e comunidades trabalhem juntos, compartilhando saberes com o propósito de criar as diretrizes para

uma política de informação local no regime de informação global. É assim que o projeto se insere no contexto da necessidade da construção participativa de uma política pública para a gestão de recursos de informação em nível local, com vistas à inclusão digital e social. De modo que os participantes possam ter não somente o acesso livre e democrático a fontes de informação relevantes na Internet, mas, especialmente, tenham também a oportunidade de produzir conteúdos digitais sobre a cultura local. Nesse sentido, visamos construir, de forma participativa, um instrumento com diretrizes para uma política pública de gestão e acesso a recursos de informação em âmbito local.

## 2 POLÍTICAS E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

No âmbito da Ciência da Informação no Brasil, a temática das políticas de informação encontra-se fundamentada, principalmente, nos estudos de González de Gómez. A autora define a Ciência da Informação como uma “disciplina que estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação”. Nesta perspectiva, a informação é definida como “ações de informação, que remetem seus atores aos contextos onde estas ocorrem” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2004, p. 61). Nesse contexto, as ações de pesquisa e as ações de informação integrarão um mesmo domínio de orientações estratégicas e, em consequência, a política e gestão da informação formarão parte do mesmo plano decisional e prospectivo ao qual pertence à política e gestão da ciência e da tecnologia (C&T).

Para González de Gómez (1999), a gestão da informação envolve “o planejamento, instrumentalização, atribuição de recursos e competências, acompanhamento e avaliação das ações de informação e seus desdobramentos em sistemas, serviços e produtos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.

69). Nesta perspectiva, a gestão estabelece a mediação entre as políticas de informação de um setor e a ação informada dos atores sociais envolvidos, sejam eles “o Estado, o Governo, ou comunidades usuárias de bens e serviços de informação ou atingidas em seus processos cognitivos e deliberativos pela disponibilização ou omissão de informações” (Ibid., p.69).

No trabalho de Marchiori (2002), a gestão da informação é abordada na perspectiva de Ponjuan Dante, como um “conjunto de processos que englobam atividades de planejamento, organização, direção, distribuição e controle de recursos de qualquer natureza, visando à racionalização e à efetividade de determinado sistema, produto ou serviço” (MARCHIORI, 2002). Para a autora, existem pelo menos três recortes no contexto da gestão da informação que já se apresentam como realidades conceituais em cursos de graduação e pós-graduação, no Brasil:

- a) administração de empresas, nos quais a gestão da informação visa a incrementar a competitividade empresarial e os processos de modernização organizacional;
- b) da tecnologia onde a gestão da informação é vista, como um recurso a ser otimizado via diferentes arquiteturas de hardware, software e de redes de telecomunicações adequadas aos diferentes sistemas de informação em especial aos empresariais;
- c) da Ciência da Informação (...) a necessidade do gerenciamento de recursos de informação, o monitoramento, a localização, a avaliação, a compilação e a disponibilidade de fontes de informação (...) no âmbito de diferentes fluxos de informação (MARCHIORI, 2002, p.75).

Nessa perspectiva, a gestão de recursos informacionais pode fazer a diferença de modo a favorecer o crescimento de uma

sociedade da informação onde todos tenham acesso a uma parte mínima dos novos serviços e aplicações das tecnologias digitais de informação e comunicação. Por isso mesmo, Freire (2006) aponta que a democratização do acesso às tecnologias digitais e intelectuais de informação e comunicação deveria ser vista como elemento fundamental nas políticas públicas de inclusão social. A nosso ver, cabe à Ciência da Informação dar o embasamento teórico para proposição e discussão de ações de informação que contribuam para promover políticas de informação que possam ser utilizadas como instrumentos de gestão de recursos de informação.

Para González de Gómez (1999) o “escopo e a abrangência dos estudos em torno da política de informação se multiplicam e se fragmentam” em todas as abordagens da Ciência da Informação:

Os estudos da Ciência da Informação trabalham num espaço interdisciplinar, onde se relacionam as diferentes abordagens e olhares disciplinares acerca da informação e seu lugar na polis: o olhar econômico, que estuda as indústrias e os mercados da informação, o olhar administrativo, que se ocupa da gestão de serviços e dos fluxos de informação nas organizações, o olhar técnico-tecnológico, dirigido a modelar e operacionalizar o processamento e as infra-estruturas de informação, o olhar estatístico, que instrumentaliza e constrói um objeto-informação como insumo de diagnóstico e leitura de tendências, e um olhar antropológico, que projeta os indivíduos e os coletivos da informação no domínio da cultura e da significação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 69).

Neste enfoque, definir políticas de informação implicaria em ultrapassar esse contexto interdisciplinar da Ciência. Para isso, a autora procura utilizar um conceito de política de

informação que “tratará de resgatar a amplitude e complexidade do campo, permitindo a consideração das macro e micro-políticas, bem como das políticas locais, regionais, nacionais e globais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p.67). A autora formula sua abordagem de políticas de informação utilizando como base o conceito de regime de informação, o qual define como:

Conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos (GONZALEZ DE GOMEZ, 2002, p. 69).

O conceito de regime de informação foi criado por Frohmann (1995) para caracterizar o fluxo de informação no campo de atuação das políticas de informação, utilizando como base a teoria Ator-Rede de Bruno Latour. Todavia, o conceito de regime de informação que adotamos é o desenvolvido por González de Gómez com base no conceito de “dispositivo” formulado por Michael Foucault, aqui compreendido como “instrumento” ou “tecnologia intelectual” (FREIRE, 1998; 2004).

Nesta perspectiva, os dispositivos são os lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem (necessariamente) os textos (despachos de agências, jornal, livro, rádio, televisão, etc). O dispositivo não é um ‘suporte’, mas uma matriz que impõe suas formas aos textos (uma conversação ‘informal’, por exemplo, se inscreve nas formas da conversação, como variante de um paradigma). Na questão informacional, um dispositivo permite a leitura de relações entre elementos heterogêneos, discursivos, tecnológicos, econômicos e culturais. Assim, pode ser indicado para a análise de

micropolíticas ou de figuras descentralizadas e locais de políticas de informação.

Embora a Sociedade da Informação seja um fenômeno mundial, uma política de informação deve privilegiar, antes de mais nada, a estrutura informacional do local visando a sua inserção no global, pois

[...] a partir do potencial integrativo do novo padrão tecnológico, o local redefine-se, ganhando em densidade comunicacional, informacional e técnica no âmbito das redes informacionais que se estabelecem em escala planetária. [Pois] a dimensão cultural do local atua na globalidade como um fio invisível que vincula os indivíduos ao espaço, marcando uma certa idéia de diferença ou de distinção entre comunidades. Assim, o local constitui-se em suporte e condição para as relações globais. É nele que a globalização se expressa concretamente e assume especificidades (ALBAGLI, 1999, p.186-187).

Assim, de acordo com o exposto, a gestão de recursos de informação visando à inclusão digital através de competências em tecnologias digitais e intelectuais de informação e comunicação, carece de instrumentos de políticas públicas que possam orientar as ações necessárias para incluir comunidades na sociedade da informação. Nesta pesquisa, destacamos que existem políticas de informação para inclusão digital, porém estas se encontram dispersas nos diversos regimes de informação que compõem a sociedade brasileira. Neste sentido, defendemos a tese de que há necessidade de criação de instrumentos de gestão que contemple as políticas públicas de informação voltadas para inclusão digital e social.

E é nosso propósito, neste projeto, fazê-lo com a participação daqueles que serão seus maiores beneficiários — no caso, a

comunidade de Santa Clara, PB, representada pela Associação Comunitária dos Moradores da Comunidade Santa Clara (ACMCS).

### 3 PESQUISA-AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A escolha da pesquisa-ação traduz a tentativa de abordar a comunicação da informação como ação transformadora, no sentido que lhe atribui Araújo (1994), criando espaço para intervenção empírica em uma dada situação. A pesquisa-ação supõe uma participação e uma forma de ação planejada que atinja os vários elementos das atividades humanas — diretamente relacionada à presente proposta, na medida em que viabiliza a ação coletiva pautada pela resolução de problemas e por objetivos de transformação. Segundo Thiollent (1997, p. 15), “a pesquisa-ação consiste essencialmente em acoplar pesquisa e ação em um processo no qual os atores implicados participam, junto com os pesquisadores, para chegarem interativamente a elucidar a realidade em que estão inseridos”.

Nessa perspectiva, entende-se por “ator” qualquer grupo de pessoas dispendo de certa capacidade de ação coletiva consciente em um contexto social delimitado, podendo designar tanto os grupos informantes no meio de uma organização quanto os grupos formalmente constituídos e “participação” é encarada como propriedade emergente do processo e não como *a priori*.

Buscando uma visão sintética, Dubost examinou várias concepções de pesquisa-ação vinculadas à tradições norte-americanas e européias, formulando sua própria definição como “ação deliberada visando a uma mudança no mundo real, realizada em escala restrita, inserida em um projeto mais geral e submetida a certas disciplinas para obter efeitos de conhecimento e de sentido”. (DUBOST, 1987, p.35). Ele descreve,

resumidamente, as cinco principais características da pesquisa-ação:

1. Trata-se de uma experiência ... **que se inscreve no mundo real**, em uma história concreta e não apenas no mundo do pensamento; os atos dos agentes adquirem o caráter de acontecimentos para todos aqueles que estão implicados; deste ponto de vista, cada operação tem um caráter irreversível
2. Esta experiência se desencadeia **em escala restrita**; essa limitação pode ser o resultado do caráter local ou de aplicação de um princípio de amostragem ....
3. Como ‘ação deliberada’ que **visa a uma mudança efetiva** dos grupos e zonas consideradas, ela (a pesquisa-ação) define-se pelos objetivos que podem ser fixados quer pelos proponentes do projeto e as instâncias centrais de poder que lhes dão uma posição de autoridade sobre a população considerada, quer pelo conjunto ou subconjunto dos indivíduos e grupos implicados no processo quer ainda por um processo de negociação entre os diferentes atores implicados.
4. Desde seu início ela é **planejada para produzir ensinamentos possíveis de generalização**, para guiar ações posteriores ou evidenciar princípios ou leis; ela tenta dispor de capacidades de antecipação relacionadas com um projeto mais geral que a engloba, situado em outra escala espacial e temporal e cujos aspectos podem ser modificados, posteriormente em função dos resultados.
5. Ela deve **aceitar certas disciplinas, regras ou dispositivos**, possibilitando a observação, a coleta de informações cujo processamento condiciona a produção de resultados, o controle e a avaliação dos efeitos. (DUBOST, *op.cit.*, p.35. grifo nosso).

No presente projeto integramos a esta abordagem a visão cooperativa de Desroche (Desroche denomina os “pesquisadores” de expressão *autores da pesquisa*, diferenciados dos “atores” pelo trabalho de redação com uso da escrita. No presente projeto, *Bibliothèque de la Recherche Scientifique*, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 98-107, 2010.

denominamos “pesquisadores-autores” aos responsáveis pela pesquisa em si (quadro teórico, instrumentos metodológicos, resultados acadêmicos) e “pesquisadores-participantes” aos pesquisadores colaboradores, pessoal técnico, bolsistas de iniciação científica e pessoas da comunidade diretamente envolvidos nas ações do projeto), que define a pesquisa-ação como uma pesquisa

[...] na qual os autores de pesquisa e os atores sociais se encontram reciprocamente implicados: os atores na pesquisa e os autores na ação. No limite, esses dois papéis tendem a identificar-se em uma só instância de operação. [...] na pesquisa-ação os atores deixam de ser simplesmente objeto de observação, de explicação ou de interpretação. Eles tornam-se sujeitos e parte integrante da pesquisa, de sua concepção, de seu desenrolar, de sua redação e de seu acompanhamento (DESROCHE, 1990, p.36).

Tema central da metodologia de pesquisa-ação, a **articulação entre pesquisa e ação** é concebida por Desroche de modo diferenciado e em função de uma tipologia das formas de participação. Dessa forma, como pesquisa inserida na ação, a pesquisa-ação comportaria três aspectos simultâneos:

- a) Pesquisa SOBRE os atores sociais, suas ações, transações, interações”; seu objetivo é a explicação;
- b) Pesquisa PARA dotar de uma prática racional as práticas espontâneas”; seu objetivo é a aplicação;
- c) Pesquisa POR, ou melhor, PELA ação, isto é, assumida por seus próprios atores (autodiagnóstico e autoprognoóstico) tanto em suas concepções como em sua execução e seus acompanhamentos; seu objetivo é a implicação. (Desroche, apud Thiollent, 1997, p.37).

Para Thiollent (1997), a simultaneidade desses três aspectos impede que a pesquisa-ação seja confundida com a “observação participante” que se limita a uma pesquisa SOBRE. Ele lembra que o uso do termo **explicação** deve incluir o conceito de **compreensão**, associado às metodologias qualitativas ou interpretativas. Por sua vez, **aplicação** se relaciona à idéia de transpor conhecimentos gerais de uma teoria para um contexto concreto, pois nem sempre uma teoria dá conta dos problemas da situação em estudo e que melhor pensar a pesquisa como relação entre teoria e prática. Entendemos a “pesquisa aplicada” de Thiollent como a “pesquisa prática” de Demo (2000), ou ligada à prática de usar o conhecimento científico para fins explícitos de intervenção numa dada situação. No que diz respeito à **implicação**, ele distingue duas características principais: a efetividade, ou *reciprocidade*, do relacionamento entre pesquisadores e atores, e a clareza dos posicionamentos de cada parte envolvida na pesquisa no plano ético.

O processo envolve contato permanente entre os participantes da pesquisa (pesquisadores e usuários), sendo que o primeiro momento é dedicado ao conhecimento preliminar da realidade, de modo a identificar o que Goldmann (1970) denomina “informação prévia”. Dessa ação, resulta a formação de um grupo de trabalho que, no segundo momento, identifica, na comunidade, os “temas geradores” do conteúdo do instrumento. Os temas levantados e sua pertinência são discutidos pelo grupo, à medida que a interação entre pesquisadores e usuários da informação favorece a reflexão crítica sobre os temas, que se “abrirão” na direção de outros temas.

Dessa forma, a “informação prévia” da comunidade será gradualmente incorporada ao instrumento em construção e o processo trabalha, ao mesmo tempo, a “consciência real” e a “consciência máxima possível” dos

participantes da pesquisa. Nesse sentido, ela oferece oportunidade para que a comunidade possa participar da análise da sua própria realidade. Assim pode ser utilizada como uma abordagem “que poderia resolver a tensão contínua entre o processo de geração de conhecimento e o uso deste conhecimento, entre o mundo acadêmico e o irreal, entre intelectuais e trabalhadores, entre ciência e vida” (DEMO, 1986, p.126).

O campo empírico da pesquisa será na Comunidade Santa Clara, que faz parte do Conjunto Habitacional Castelo Branco I. Trata-se de uma comunidade carente circunvizinha à Universidade Federal da Paraíba. O Departamento de Ciência da Informação da UFPB já tem uma história na comunidade através de Projeto de Extensão, que vai para a sua sétima edição. Em uma de suas versões, contribuiu para a criação da Associação Comunitária dos Moradores da Comunidade Santa Clara - ACMCSC.

Ao escolher a comunidade Santa Clara o nosso Projeto (projeto foi aprovado por unanimidade em Reunião Departamental, sendo ressaltada a relevância social e política do mesmo), vem unir a pesquisa e a extensão para construir, de forma participativa, um instrumento com diretrizes para uma política pública de gestão e acesso a recursos de informação em âmbito local. Esta “ação de informação” se insere na abordagem da responsabilidade social da Ciência da Informação, no caso a de incluir as pessoas dessa comunidade (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos) na sociedade da informação.

#### **4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS, RELEVÂNCIA, VINCULAÇÃO AO PROJETO E RESULTADOS ESPERADOS**

Nossas premissas básicas são a *responsabilidade social* da Ciência da Informação (WERSIG; NEVELING, 1975;

FREIRE, 2001) e sua relação intrínseca com a tecnologia da informação (FREIRE, 2004; PINHEIRO, 1997; SARECEVIC, 1995), que se manifestam neste projeto através do desenvolvimento de competências em informação numa comunidade. O trabalho envolve a produção de um instrumento de política pública para gestão de recursos de cursos de informação, em nível municipal.

Para construção desse instrumento com a comunidade de Santa Clara optamos por utilizar a metodologia da pesquisa-participante, utilizada de forma inovadora por Freire e Espírito Santo em suas respectivas dissertações de Mestrado em Ciência da Informação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO). O termo “pesquisa-participante” foi criado por pesquisadores norte-americanos e europeus envolvidos com projetos de intercâmbio com países de terceiro mundo, na área de Ciências Sociais. A pesquisa-participante combina:

[...]técnicas de pesquisa, processos de ensino-aprendizagem e programas de ação educativa que ... apontam para [a promoção]:

- a) da produção coletiva de conhecimentos, rompendo o monopólio do saber e da informação, permitindo que ambos se transformem em patrimônio dos grupos marginalizados;
- b) da análise coletiva na ordenação da informação e no uso que dela se possa fazer;
- c) da análise crítica, utilizando a informação ordenada e classificada, a fim de determinar as raízes e as causas dos problemas e as vias de solução para os mesmos;
- d) estabelecimento de relações entre problemas individuais e coletivos, funcionais e estruturais, como parte da busca de soluções para os problemas enfrentados (FREIRE, 1998, p.16).

É importante ressaltar a importância das atividades de Extensão da Universidade como forma de devolver para a sociedade, principalmente para os grupos menos favorecidos, os recursos investidos na pesquisa e no ensino. Um dos objetivos do Projeto de Extensão “Resgatando a cidadania; brincando de biblioteca, conte uma história, construa um acervo” (sétima versão) é “estudar a viabilidade da implantação de um Tele Centro (inclusão digital) para atender as comunidades circunvizinhas à UFPB”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escolher a comunidade Santa Clara o nosso Projeto vem unir a pesquisa e a extensão para construir, de forma participativa, um instrumento com diretrizes para uma política pública de gestão e acesso a recursos de informação em âmbito local. Esta “ação de informação” se insere na abordagem da responsabilidade social da Ciência da Informação, no caso a de incluir as pessoas dessa comunidade (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos) na sociedade da informação.

A vinculação da comunidade com o projeto promoverá a oportunidade para a discussão de políticas públicas de acesso livre à informação e inclusão digital, que por sua vez podem criar oportunidades de inclusão social em comunidades específicas. Inclusão na sociedade da informação não somente pelo acesso ao meio digital, mas, especialmente, pela competência intelectual de pensar sobre seu espaço e papel nesta sociedade que estar a se fazer, a partir da participação de todos os brasileiros.

## REFERÊNCIAS

ABED. **Exclusão digital**. Disponível em: <[www.abed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=14&inford=433](http://www.abed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=14&inford=433)> Acesso em: 25.7.2006.



ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade. O novo do local. In: **Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

ARAUJO, V. M. R. H. de. **Sistemas de recuperação da informação: nova abordagem teórico conceitual**. Tese. (Doutorado em Comunicação). Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1994.

ASSMANN, H. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, p. 7-15, maio/ago. 2000 [www.ibict.br/cionline/](http://www.ibict.br/cionline/)

DEMO, P. Elementos metodológicos de pesquisa participante. In: BRANDÃO C.R., (org.) **Pesquisa participante**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 104-130

DESROCHE, H. **Entreprendre d'apprendre: d'une autobiographie raisonnée aux projets d'ue recherche-action**. Paris: Ed. Ouvrières, 1990.

DUBOST, J. **L'intervention psycho-sociologique**. Paris: PUF, 1987.

FREIRE, G.H. de A. **Comunicação da informação em redes virtuais de aprendizagem**. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 2004. Disponível em: [http://www.isafreire.pro.br/gustavo\\_freire\\_tese.pdf](http://www.isafreire.pro.br/gustavo_freire_tese.pdf).

\_\_\_\_\_. **A construção de instrumento para comunicação de informação sobre saúde**. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 1998. Disponível em: <http://ghafreire.sites.uol.com.br>

FREIRE, I.M. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 58-67, maio/ago. 2006.

\_\_\_\_\_. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: Convênio CNPq/IBICT/UFRJ. 2001.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the network theory. In: ANNUAL CONFERENCE FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 7-10 Jun, 1995, Alberta, Canadá. Connectedness: information, systems, people, organizations. **Proceedings**. Alberta, Canadá: Canadian Association for Information Science, 1995.

GONZALEZ DE GOMEZ, M.N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v.31, n.1, p.27-40, jan./abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, v.1, n.1, 1999.

JUPIASSÚ, H.; MARCONDES, D.. **Dicionário básico de filosofia**. 3ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999. 296p.

LAZARTE, L. Ecologia cognitiva na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v.29, n. 2, 2000.

MARCHIORI, P. Z. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, v.31 n.2, mai./ago. 2002.

MIRANDA, A. Organização de conteúdos e identidade cultural. In INTEGRAR CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 2., 25-29 jun.2006, São Paulo. Compartilhando o Conhecimento: o acesso sem fronteiras. **Anais**. São Paulo: Febab, 2006.

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, v..24, n.1, 1995.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

WERSIG, G., N., U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v.9, n.4, 1975.

\_\_\_\_\_. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v.29, n.2, 1993.

---

**Dados sobre Autoria**

\*Discente do Curso de Graduação de Biblioteconomia. E-mail: josecarlos.njr@gmail.com

\*\*Professor do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em

Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Chefe do Departamento de Ciência da Informação - DCI da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: ghafreire@gmail.com

Artigo enviado em outubro de 2010 e aceito em fevereiro de 2011.